



Secretaria de
Estado da
Saúde



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE GOIÁS

RESOLUÇÃO nº 007/2019-CES-GO

Dispõe sobre apreciação e deliberação do Relatório Anual de Gestão - RAG do exercício 2015 e dá outras providências.

O Plenário do Conselho Estadual de Saúde de Goiás, em Reunião Ordinária, realizada no dia 04 de junho de 2019, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 18.865 de 10 de junho de 2015 e, considerando:

1. O parecer, apresentado em 28 de maio de 2019, pelo servidor da Secretaria-Executiva, Neusinho Ferreira de Farias explicitando:

1.1. Irregularidade por descumprimento, por parte do Conselho Estadual de Saúde (o qual deixou de formular, aprovar, e enviar ao Secretário de Estado da Saúde, as diretrizes para subsidiar a elaboração do Plano Anual de Saúde 2012 – 2015), do inciso V do Art. 3º do Decreto nº 5.727/2013;

1.2. Irregularidade por descumprimento, por parte do Secretário de Estado da Saúde, dos artigos 15 a 19 do Decreto Federal 7.508/2011, do item 1.2. do Art. 2º da Resolução nº 4/2012-CIT (o qual discorre sobre os regramentos de planejamento ascendente, articulado e integrado);

1.3. Impropriedades pela fragilidade dos resultados alcançados com o processo de elaboração e execução da Programação Anual de Saúde 2015 conforme o FATO 4.3 do Relatório e Parecer do técnico em comento;

1.4. Irregularidade por descumprimento, por parte do governo do Estado de Goiás, do Art. 6º da Lei Complementar 141/2012 (o Tesouro Estadual repassou ao Fundo Estadual de Saúde R\$ 1.426.787.237,56 e declarou, ao SIOPS, o valor de R\$ 1.746.222.076,78 para aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde) em desacordo com o legislado conforme verifica-se, comparativamente, nos FATOS 5.2, 5.3 e 5.8 do Relatório e Parecer do técnico em comento;

1.5. Irregularidade por descumprimento, por parte do governo do Estado de Goiás, dos Artigos 25 e 26 da Lei Complementar 141/2012, conforme verifica-se nos registros dos FATOS 7.1 e 7.2 do Relatório e Parecer do técnico em comento;

1.6. Irregularidade por descumprimento, por parte do governo do Estado de Goiás, do inciso I do Art. 2º e do inciso III do Art. 4º da Lei Complementar 141/2012, conforme verifica-se no registro do FATOS 8.1 do Relatório e Parecer do técnico em comento;



Secretaria de
Estado da
Saúde



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE GOIÁS

1.7. Irregularidade por descumprimento, por parte do governo do Estado de Goiás, dos Artigos 14 e 16 da Lei Complementar 141/2012, conforme verifica-se no registro do FATO 8.2 do Relatório e Parecer do técnico em comento;

2. O parecer, apresentado em 07 de maio de 2019, pela Comissão Intersetorial de Monitoramento da Execução da Política de Saúde – CIMEPS, o qual recomendou a reprovação do Relatório Anual de Gestão 2015 explicitando:

2.1. Que o Secretário de Estado da Saúde não determinou a transferência dos recursos, aos municípios como era devido na totalidade, relatório da CIMEPS anexado a este documento.

3. Que o Plenário do CES acatou o Parecer Técnico do servidor Neusinho Ferreira de Farias apresentado na Reunião Extraordinária do Plenário em 28 de maio de 2019; e aprovou o Parecer da Comissão Intersetorial de Monitoramento da Execução da Política de Saúde – CIMEPS, apresentado na 6ª Reunião Ordinária do Plenário em 04 de junho de 2019, anexados a este documento.

Resolve:

Art. 1º Reprovar o Relatório Anual de Gestão do exercício de 2015 com as seguintes recomendações:

- I. Que o Secretário de Estado da Saúde determine a transferência dos recursos devidos aos municípios.
- II. Que o Secretário de Estado da Saúde determine ao corpo técnico da Secretaria de Estado da Saúde a negociação e definição de mudanças na metodologia de planejamento adequando-a aos regramentos de planejamento no Sistema Único de Saúde no Estado.
- III. Que o Secretário de Estado da Saúde determine ao corpo técnico da Secretaria de Estado da Saúde a negociação e definição de mudanças na metodologia de organização dos dados inerentes aos Restos a Pagar.
- IV. Que o Secretário de Estado da Saúde determine ao corpo técnico da Secretaria de Estado da Saúde a negociação e definição de mudanças na metodologia de organização dos dados inerentes às Anulações e Cancelamentos de Restos a Pagar e a demonstração das aplicações da devida compensação no exercício seguinte conforme as determinações legais e as necessidades de transparência.
- V. Que o Secretário de Estado da Saúde determine ao corpo técnico da Secretaria de Estado da Saúde o envio desta resolução e o relatório e o parecer, anexos, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás.



Secretaria de
Estado da
Saúde

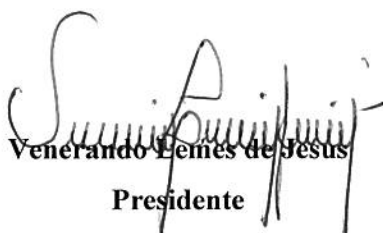


CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE GOIÁS

Art. 2º Recomendar ao Secretário de Estado da Saúde, nos termos do Art. 14 da Lei nº 18.865 de 10 de junho de 2015 e do estabelecido no inciso XII da Quarta Diretriz da Resolução CNS nº 453/2012, a homologação e publicação desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 04/06/2019.

SALA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE, em Goiânia, aos quatro dias mês de junho de dois mil e dezenove.


Venerando Lemes de Jesus
Presidente